



## DIREITO (NO) PÚBLICO - ANÁLISE DE PESQUISA DE CAMPO: O JOVEM ADOLESCENTE E A POLÍTICA.<sup>1</sup>

Daniel Mello de Andrade<sup>2</sup>

Northon Souza Filho<sup>3</sup>

Candisse Schirmer<sup>4</sup>

Débora Dias<sup>5</sup>

### RESUMO

O projeto Direito (no) Público (em sua primeira edição) tem como alvo levar o direito básico às escolas, dar acesso a informações básicas de forma a quebrar os paradigmas entre os adolescentes e a política. A partir disso o presente artigo teve por escopo fazer uma breve análise dos dados adquiridos através de pesquisa de campo. Esta pesquisa se deu na forma de um questionário aplicado (o mesmo) duas vezes, antes e depois da realização das atividades realizadas pelo grupo com a turma na escola. A aplicação deste artigo propiciou ao grupo informações relevantes para a preparação e organização das atividades na escola. Além de, somado aos resultados derradeiros, propiciar dados de comparação entre o estado de conhecimento e envolvimento dos adolescentes com o tema anterior e posterior as atividades, o que promoveu não apenas a possibilidade de se avaliar a afetividade dos trabalhos desenvolvidos, mas como a criação de uma tese disposta a prestar auxílio na resolução de um problema social de extrema relevância: o desinteresse e a desinformação ou má informação, dos jovens adolescentes em relação aos temas de importância político-cidadã. Sendo estes, jovens adolescentes, os “encarregados” do futuro político da nação há certa pressa em torná-los, ao menos, minimamente qualificados para tanto. Foram gerados dados numéricos em pequena escala, porém de grande importância para a causa.

**Palavras-chave:** Direito. Público. Política. Questionário.

### INTRODUÇÃO

<sup>1</sup> Artigo fruto de pesquisa realizada na primeira edição do Projeto Direito (no) Público vinculado ao Núcleo de Experimental de Direito Internacional – NEDI – da Faculdade de Direito de Santa Maria – FADISMA.

<sup>2</sup> Acadêmico cursando o 7º semestre do curso de direito da Faculdade de Direito de Santa Maria – FADISMA. Aluno Proponente do Projeto Direito (no) Público. E-mail: danielm.andrade@ig.com.br.

<sup>3</sup> Acadêmico cursando o 5º semestre do curso de direito da Faculdade de Direito de Santa Maria – FADISMA. Aluno Participante do Projeto Direito (no) Público. E-mail: northonsouza@hotmail.com.

<sup>4</sup> Orientadora. Coordenadora do Projeto Direito (no) Público.

<sup>5</sup> Orientadora. Coordenadora adjunta do Projeto Direito (no) Público.



O presente artigo visa fazer uma breve análise do resultado dos questionários aplicados à turma do 8º ano (2014) da Escola Estadual Irmão José Otão, situada na cidade de Santa Maria no estado do Rio Grande do Sul. O questionário com vinte (20) questões foi aplicado duas vezes para a turma dentro dos trabalhos realizados pelo grupo de alunos e professores/orientadores do projeto Direito (no) Público, projeto que está inserido no Núcleo Experimental de Direito Internacional – NEDI – da Faculdade de Direito de Santa Maria – FADISMA.

O projeto Direito (no) Público tem como alvo levar o direito básico às escolas de forma simples e objetiva, mas também dinâmica e atrativa. Dar acesso a informações básicas, porém fundamentais que a escola não consegue abranger, de forma a tentar a quebra de paradigmas que tem servido de barreira entre o jovem estudante e a visão mais ampla e diversificada que o direito pode proporcionar.

Tendo em vista que a FADISMA, instituição de renome e conhecida por desejar a formação não só acadêmica de seus estudantes, mas também social, cultural e educacional, o Projeto vem a recepcionar os principais escopos da Instituição e, ainda, propiciar uma agradável relação entre os alunos e a comunidade, trazendo diversos benefícios para ambos como melhor oralidade dos acadêmicos, contato com a sociedade, responsabilidade e organização, além de garantir aos alunos e as instituições escolares selecionadas, alcance a informações e conhecimentos que, devido ao extenso conteúdo das demais disciplinas e o déficit temporal por elas causado no ano letivo, não são efetivamente abordados durante o colegial formando alunos preparados no ponto de vista acadêmico, mas insuficientes no quesito cidadania.

No seu ano experimental, o Projeto Direito (no) Público definiu o tema “Política” para ser abordado na escola. Com intuito de apresentar aos adolescentes a política limpa, livre da “politicagem” que a oprime e isenta de posicionamento partidário. Política em sua essência. Para isso os alunos e professores/orientadores do projeto passaram por várias etapas de preparação com fim nas quatro palestras que seriam realizadas na escola diante dos alunos.

Ponto crucial dessa preparação foi à aplicação prévia de um questionário, realizada pela própria coordenação da escola sem contato direto dos membros do projeto com a turma em questão, antes da primeira palestra. Esse questionário continha 20 questões, 17 objetivas e 3 de livre manifestação. Tinha como propósito além de testar o conhecimento dos alunos



sobre o tema nos mais variados prismas, também nos dar noção do envolvimento (ou mesmo do interesse) dos alunos com a política. Isso nos permitiria encontrar diretrizes que seriam extremamente importantes na sintetização dos conteúdos para as palestras (afinal quatro palestras são ínfimas diante de um tema tão amplo).

Aplicado o questionário e obtido resultados, esses foram usados na preparação das palestras. Tendo as palestras se concluído com êxito, restou comprovar através de dados visíveis os resultados das mesmas. Para tanto foi aplicado novamente, após o fim das quatro palestras, o mesmo questionário na turma. Desta vez para verificarmos a evolução (seja ela negativa ou positiva), quanto ao tema, dos alunos após a participação nos atos do projeto.

A análise feita sobre o resultado dos questionários neste artigo é contextualizada no ambiente e visão específicos dos participantes (ativos e passivos) do projeto. Não tendo relação com demais pesquisas (mais amplas ou não) feitas sobre o tema. É uma pesquisa particular e não tem viés político/partidário, apenas educativo, feita com total imparcialidade. A análise é bem específica e de responsabilidade somente de seus escritores, não atingindo os demais membros do grupo.

Esta edição do projeto (mais especificamente as palestras e os questionários) efetivou-se no segundo semestre de 2014. Contou com a participação de, além da turma já citada e da coordenação da escola, treze alunos do curso de direito da FADISMA, dos mais variados semestres, e duas professoras orientadoras.

## 1. UMA BREVE ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS<sup>6</sup>

Os dados analisados neste artigo são em sua totalidade (excluídos os que estiverem acompanhados de referências próprias) extraídos de uma pesquisa de campo realizada pelos acadêmicos na referida turma da escola, durante o projeto. Qual seja um questionário compostos por várias questões optativas e dissertativas sobre o tema política, que fora aplicado duas vezes, antes e depois da realização das palestras e atividades na escola.

---

<sup>6</sup> Pesquisa de campo realizada pelos acadêmicos e orientadoras durante a realização do projeto Direito (no Público 1ª edição, com o tema política.



Este questionário serviu de base para a preparação dos integrantes do grupo para as palestras realizadas na escola de forma a dar prévias do conhecimento, conceitos e preferências dos adolescentes sobre o tema. Como o mesmo questionário foi aplicado após a realização das atividades na escola, este também serviu como demonstrativo da “evolução” destes conhecimentos, conceitos e preferências dentro do grupo de alunos.

### 1.1 Questões referentes ao voto

Na primeira aplicação do questionário, realizado antes das palestras na escola, vinte e dois (22) estudantes responderam o questionário e deles vinte e um (21) declararam que ainda não votavam, representando mais de 95% dos questionados. Já na segunda aplicação todos, ou seja, 100% dos dezenove (19) questionados se declararam não votantes ainda.

Essa era a primeira questão. Logo em seguida foram questionados sobre os motivos de ainda não votarem, tendo como motivo majoritário (81.81% e 84.21% respectivamente) não ter completado a idade mínima para tal ato. Nas duas ocasiões dois (2) participantes (9.09% e 10.53%) declararam que não tinham interesse no assunto. Na primeira ocasião somente, um (1) participante declarou que nunca havia parado pra pensar nisso, e na segunda ocasião somente, um declarou que não votava “por outro motivo qualquer”. Lembrando que para um dos participantes no primeiro questionário a segunda questão restou prejudicada, pois já votava. Todas essas alternativas estavam presentes no questionário.

O que se pode ver é a conservação dos percentuais de um momento para outro com ligeiras mudanças, nenhuma significativa. O fato é que as primeiras questões eram meramente informativas o que viria a seguir exporia uma manifestação maior de opinião, ou seja, de juízo de valor dos participantes.

A questão de número três: “quando pretende fazer o título de eleitor?” já nos daria uma ideia do nível de envolvimento destes jovens adolescentes com a política ou suas expectativas quanto a seus direitos de cidadania.

Na primeira aplicação antes das palestras na escola, apenas seis (6) dos vinte e dois (22) pretendiam “fazer o título de eleitor assim que completada a idade mínima de 16 anos” representando algo em torno de 27% dos questionados. Já onze (11) deles declararam que “só iriam fazer aos dezoito anos quando o voto torna-se obrigatório”, isso representa exatamente



50% dos questionados. Além destes, três (3) deles declararam que “nunca tinham parado para pensar no assunto” e ainda um (1) que “não sabia”, representando juntos mais de 18%.

Ao analisar esses primeiros dados pudemos encontrar embasamento para acreditar em algo que por “pré-conceito” já imaginávamos: os adolescentes desta faixa etária (entre 14 e 16 anos) por algum motivo agem com indiferença em relação à política, não veem com interesse a possibilidade de fazerem parte das decisões que definem o futuro do país ou simplesmente não tem conhecimento da importância da sua participação nestas ações. Não podíamos saber ao certo até então, pois ainda nem havíamos tido contato direto com eles, mas sabíamos de duas coisas: 1º que encontraríamos muita resistência ao tema e, 2º que isso nos dava mais vontade de trabalhar para obter novos resultados, fosse para mudar os dados ou confirma-los, o que também seria bastante interessante para análise.

Mas, estaríamos mentindo se dissessemos que não gostaríamos de ver esses números invertidos, afinal não dá pra esconder que um dos objetivos do projeto era a conscientização cidadã dos adolescentes, e por consequência disso um maior interesse em assuntos políticos como o voto por exemplo.

Após o período de quatro palestras com os estudantes tivemos a oportunidade de vê-los se manifestar novamente sobre “quando pretende fazer o título de eleitor?” e obtivemos os seguintes resultados: agora quatorze (14) dos dezenove (19) questionados, representando mais de 73% deles, responderam que pretendem “fazer o título de eleitor assim que completada a idade mínima de 16 anos”. Quatro (4) deles responderam que “só irão fazer aos dezoito anos quando o voto tornar-se obrigatório”, o que representa cerca de 21%. Ainda, um (1) respondeu que “nunca tinha parado para pensar no assunto”.

Estes últimos dados mostram uma mudança bastante significativa em relação aos primeiros números. Esta inversão dos números, a favor da aquisição do título de eleitor na idade mínima, parece representar um maior interesse pela atividade político-cidadã após a intervenção do Direito (no) Público na turma que trabalhou, entre outros, a importância das atividades políticas no dia a dia da comunidade onde vivem. O que nos leva a crer que o aparente desinteresse dos adolescentes na política pode se dar, também, pela falta de conhecimento sobre o tema e também, que isso pode ser facilmente alterado de forma positiva com um simples, porém adequado acompanhamento como o que o “Direito (no) Público –



Política” – tentou desenvolver incentivando os adolescentes a se interessar pelo tema de forma dinâmica e educativa.

Apesar da inversão em relação à aquisição do título de eleitor os adolescentes foram menos flexíveis em relação a outro assunto. Quando confrontados com a seguinte questão: “acha que o voto deve ser obrigatório ou facultativo?” Na primeira aplicação, dos vinte e dois (22) questionados, cinco (5), mais de 22%, responderam que o voto deve ser “obrigatório”; já dezesseis (16) deles responderam que o voto deve ser “facultativo”, o que representa mais de 72% do total; ainda um (1) marcou a opção “não sei”, menos de 5%.

Na segunda aplicação não foi muito diferente, agora dos dezenove (19) questionados sete (7), mais de 36%, responderam que o voto deve ser “obrigatório”; onze (11) que deve ser “facultativo”, representando mais de 57%; e novamente um (1) marcou a opção não sei, o que representa agora mais de 5%.

É fato que houve certa mudança nos números em favor do voto obrigatório, mas nada que tenha passado perto de uma inversão. Na verdade pode se dizer que o resultado da primeira aplicação se confirmou na segunda. Podemos ver que mesmo a maioria tendo intenção de obter o título de eleitor o quanto antes ainda querem ter o direito de escolher se irão exercer o voto ou não.

Como verdadeiros adolescentes que são, estão na fase em que tudo que é obrigatório é considerado “mau” e buscam sempre ter seu direito de escolha valorizado. Compreendem a importância do voto, mas nada pode se sobrepor ao seu direito de querer ou não fazer algo. Quem nunca pensou assim antes não é? Afinal se o voto serve para expor a vontade do povo não faz sentido que seja invulnerável a ela. Parece ter sido esta a mensagem, uma genuína mensagem de quem tem personalidade não só para decidir, mas para fazer parte do futuro de uma nação.

Apesar de no Brasil esta parecer uma medida bem distante a opinião destes adolescentes não foge das tendências mundiais para o assunto. *“Nos países mais desenvolvidos do mundo, nos mais modernos e nas democracias mais sólidas, o voto político é facultativo. Entre os 10 países mais ricos do planeta, em todos, menos no Brasil, ir às urnas*



*deixou de se obrigatório ou nunca foi. Hoje o voto facultativo está vigente em 205 países do mundo e só em 24 deles (13 na América Latina) continua sendo obrigatório.”<sup>7</sup>*

## 1.2 Questões referentes à política em si

Foi pedido aos adolescentes que avaliassem o seu próprio conhecimento sobre o tema política. Foi sugerido que dessem valor de 0 a 5 ao seu nível de conhecimento sobre o tema, sendo “0” considerado conhecimento nulo e “5” conhecimento integral.

Na primeira aplicação foram encontrados os seguintes resultados: três (3) dos vinte e dois (22) questionados indicaram que seu conhecimento sobre política é representado pelo número “0”, isso representa mais de 13% dos questionados; quatro (4) deles, mais de 18%, indicaram o número “1”; majoritariamente dez (10) dos questionados, cerca de 45%, responderam marcando o número “2”; outros três (3) marcaram o número “3”, mais de 13% do total; e ainda dois (2) marcaram o número “4” para representar o seu conhecimento sobre política, cerca de 9%; nenhum questionado indicou o número “5” declarando ter conhecimento integral sobre o assunto.

Na análise parcial dos dados, observamos que os valores indicados foram predominantemente baixos mostrando que os adolescentes são conscientes da sua falta de conhecimento sobre o assunto e não tem vergonha de admitir este fato. Um posicionamento bastante crítico que pode sinalizar a possibilidade de haver certa dificuldade e/ou desinteresse para o alcance desse conhecimento. Neste caso, o projeto que haveria de ser desenvolvido deveria se preocupar com essas duas coisas, tanto em apresentar o conteúdo mais proveitoso quanto buscar conquistar o interesse dos adolescentes da forma que fosse possível ou viável, se quisesse alcançar alguma modificação significativa no quadro.

Na segunda aplicação do questionário, após o desenvolvimento das palestras e dinâmicas que visavam, entre outros, proporcionar um conteúdo adequado de forma que prendesse a atenção desses adolescentes obtivemos os seguintes resultados: desta vez apenas um (1) dos dezenove (19) questionados (5.26%) indicou o número “0” para representar seu nível de conhecimento sobre política; Nenhum indicou o número “1”; Dois (2) indicaram o número “2” (10.53%); Nove (9) indicaram o número “3” como indicador do seu

<sup>7</sup> GOMES, Nelci. Artigo: Por que no Brasil é obrigatório votar? **Jus Brasil**. Publicado em setembro de 2014. Disponível em: <<http://nelcigomes.jusbrasil.com.br/noticias/131173113/por-que-no-brasil-e-obrigatorio-votar>> Acesso em 20/05/15.



conhecimento do assunto, isso representou cerca 47.37% do total; seis (6) deles marcaram o número “4” (31.58%); E ainda um (1) marcou o número “5” representando também 5.26% do total.

Uma mudança bastante significativa, no primeiro gráfico mais de  $\frac{3}{4}$  dos questionados se concentraram nas três opções inferiores (“0”, “1” e “2”) tendo como principal repouso a opção “2”. Já no segundo gráfico exatamente o contrário uma concentração ainda maior nas três opções qualitativamente superiores (“3”, “4” e “5”) tendo como principal repouso a opção “3”.

Essa inversão nos dados somada á possibilidade de o posicionamento crítico dos alunos exercido na primeira aplicação ter se repetido, apontam para algo que poderíamos chamar de “sucesso”, mesmo considerando que a não inversão dos dados também resultaria em sucesso para nível de análise, já que aqueles dois personagens que apareciam no primeiro gráfico (o desinteresse e a dificuldade de acesso ao conhecimento) parecem ter sido contornados ou no mínimo ignorados na hora de responder ao questionário novamente.

Em outra questão os adolescentes responderam a seguinte pergunta: “Você acha que é importante que a política seja discutida na escola?”. Lembrando que a primeira vez que eles responderam a essa questão foi antes do inicio das palestras do grupo do Direito (no) Público na escola. Essa era uma questão de extrema importância, já que a primeira aplicação nos daria uma perspectiva do que esses adolescentes pensavam em relação ao que estávamos prestes a fazer. Discutir política na escola!

E foi o que vimos quando recebemos os resultados da primeira aplicação: dos vinte e dois (22) questionados sete (7) responderam que “sim”, é importante que política seja discutida na escola, mais de 31%; doze (12), ou seja, mais de 54%, responderam que “não”; e ainda três (3) marcaram a opção “não sei”, mais de 13% do total.

O fato é que não foi surpresa descobrirmos que naquele momento mais da metade dos adolescentes questionados não consideravam importante à discussão no âmbito escolar do tema por nós proposto. Entretanto, o questionário nos dava mais uma evidência de que o desinteresse do nosso público alvo seria o nosso pior inimigo o que, pra falar a verdade, viria a se tornar positivo já que ter conhecimento disso foi determinante para a nossa preparação.

A preparação acima citada deu lugar às atividades na escola e após o termino dessas havia um novo resultado para a questão: desta vez, dos dezenove (19) questionados, quinze



(15) responderam que “sim”, é importante que a política seja discutida na escola, representando quase 79% do total; apenas dois (2) responderam “não”, mais de 10%; e ainda um (1) respondeu “não sei” com apenas uma abstenção, ambos representando mais de 5% cada.

Acontecendo o que pode ser considerada a maior “virada” entre os resultados do questionário justamente na questão que mais se relacionava com a proposta do projeto, torna-se indiscutível a possibilidade de tal proposta ter sido aceita (após realização das atividades) e desempenhada com sucesso pelo grupo. Isso já se evidenciava na reação e discurso dos jovens alunos durante a realização das atividades (principalmente nos encontros derradeiros), mas se consolida com o resultado recém-apresentado.

Na quinta questão, era lhes perguntado sobre se estavam satisfeitos com a política no país. Um total de dois (2) votos na opção “sim”, representando cerca de 9% dos participantes. Responderam “não” um total de dezoito (18) participantes, quase 82%. Ainda dois (2) responderam “não sei”, cerca de 9%.

Tal questão nos deu uma visão, mesmo que superficial, no que se refere ao nível de satisfação dos alunos com a política. Se tratando de uma turma de oitava série estávamos lidando com cabeças em formação na sua esfera primária, a partir do índice de insatisfação pudemos questionar a eles quanto o a origem da mesma, o que demonstrou ser um processo árduo, levando em conta a carga cultural que os mesmos traziam de casa, foi um paradigma difícil de ser quebrado. A generalização da ideia de politicagem é uma realidade social vivida mais que nunca no Brasil, classificar uma classe inteira pelo mau trabalho ou as condutas socialmente reprováveis de alguns políticos é o mesmo que dizer que todo advogado se apropria de forma indevida do dinheiro ganho nas causas de seus clientes. Essa generalização era algo que precisávamos refletir juntos.

Os alunos foram novamente questionados sobre sua satisfação com a política brasileira. Desta vez, um total de quatro (4) alunos responderam que estavam satisfeitos com a situação política brasileira, cerca de 21%. E quinze (15) alunos responderam que estavam insatisfeitos, ainda a grande maioria representando mais de 78% dos dezenove (19) participantes.

A resposta a esse questionário nos mostrou um avanço significativo, conseguimos desenvolver com êxito o pensamento crítico no que tangencia a política, a maioria dos



participantes insatisfeitos assim como a minoria que se diziam satisfeitos, agora levaram em conta aspectos estudados, certamente foi feito uma análise pelos mesmos, tanto em sua realidade social quanto de forma geral. O pensamento crítico é o primeiro passo para que as mudanças almejadas sejam feitas, era um de nossos objetivos mais importantes na elaboração e incorporação ao projeto.

Por meio do pensamento crítico deles conseguimos trabalhar com a ideia de que se alguma coisa esta certa ou errada ela ainda pode melhorar, sendo que para que se chegue a tanto precisamos começar a mudança em nossos pensamentos e atitudes, seja votando consciente ou se candidatando para fazer a diferença.

Em outro momento os alunos foram perguntados o seguinte: “você acha que a política brasileira é corrupta?” foi à resposta:

Na primeira aplicação do questionário os alunos responderam que “sim” dezesseis (16) vezes, mais de 72%. Que “não” apenas uma (1) vez, menos de 5%. Ainda a opção “não sei” cinco (5) vezes, mais de 22%. Evidenciando claramente o comparecimento da visão pública inevitável de que a política brasileira, em sua maioria pelo menos, já não tem ideia de onde ficaram os limites da honestidade.

Também na segunda aplicação os índices se mantiveram. Onze (11) alunos, representando quase 58%, responderam que “sim” a política brasileira é corrupta. Declarou que “não” apenas um (1) participante, mais de 5%. Que “não sabem” agora são seis (6), mais de 31%. Com uma abstenção, mais de 5%. Demonstrando um médio declínio na taxa de respostas positivas e um leve aumento dos indecisos.

A corrupção na política, de acordo com Susan Rose-Ackerman<sup>8</sup>, ocorre justamente na interface dos setores público e privado. A corrupção é compreendida como uma espécie de resultado espúrio da configuração institucional, que favorece a constituição de esquemas destinados a pilhar os recursos públicos a favor de interesses privados.<sup>9</sup>

### 1.3 Questões referentes ao trabalho dos políticos

<sup>8</sup> Professora de Jurisprudência (Direito e Ciência Política) e é co-diretora do Centro de Direito, Economia e Políticas Públicas na Yale Law School. Ela é especialista em corrupção política e desenvolvimento, direito administrativo, direito e política reguladora, o setor sem fins lucrativos, e federalismo.

<sup>9</sup> FILGUERAS, Fernando. Artigo: A corrupção na política. Perspectivas Teóricas e Metodológicas. **PUC-RIO**. Rio de Janeiro. Publicado em maio de 2006. Disponível em: <<http://www.cis.puc-rio.br/cedes/PDF/cadernos/cadernos%205%20-20Caderno%20Cedes%20Filgueras.pdf>> acesso em 20/05/15.



Uma sequência de questões foram feitas dentro deste tema, fazendo com que os participantes opinassem sobre a atuação dos políticos na sua cidade, estado e país. Além de conjecturarem sobre se os políticos realmente tinham poder, através da política, para contribuir com a vida em sociedade nestes meios. As questões foram apresentadas da seguinte forma.

Primeiro no âmbito municipal foi perguntado “se os participantes achavam que os políticos contribuía para a melhoria da sua cidade”.

Na primeira aplicação surpreendentemente o número de pessoas que responderam “sim” foi zero (0). Dezoito (18) dos vinte e dois (22) questionados responderam que “não”, os políticos não contribuem para a melhoria da sua cidade, representando quase 82%. Ainda três (3) responderam “não saber”, mais de 13%, e um preferiu não responder, cerca de 4%.

Nenhuma pessoa ter respondido “sim” no primeiro questionário provocou um forte impacto nas nossas expectativas. Um fato que pode explicar tal situação é que o momento político da cidade onde o questionário foi aplicado, Santa Maria – RS, era realmente instável envolvido por desconfiança e descrédito. Mas isso refletia diretamente nos trabalhos do programa, como chegar a um grupo e apresentar uma tese cuja qual este se opõem tão homogêaneamente? Como demonstrar a importância do papel dos políticos na nossa cidade? (O que não se pode negar era um objetivo, partindo de tamanha rejeição).

É fato que a resposta a essa questão não estava imune a opiniões vinculadas a pensamento partidário, nem de alguma opinião pré-formada sobre política fomentada pelo momento instável da cidade, mas, mesmo diante do descrédito, não ter nenhuma atenção ao labor dos representantes municipais era inaceitável. Independente de tendências partidárias não dá pra dizer que eles simplesmente não fazem nada. Sem tocar em nome de partidos políticos tentamos desenvolver um trabalho que trouxesse a devida informação de forma imparcial.

O trabalho consistiu em trazer para o contexto dos adolescentes as coisas mais básicas e que eram de responsabilidade do município, como a segurança pública, o transporte público, e no caso deles, mesmo em uma escola estadual, a distribuição das verbas como a da merenda por exemplo. Mostrar com exemplos práticos de como a prefeitura na administração e a câmara na criação das leis interferem direta e indiretamente na vida escolar.



Após as palestras novamente os adolescentes se submeteram a questão. Desta vez oito (8) dos dezenove questionados responderam que “sim”, os políticos contribuem para a melhoria da cidade. Também oito (8) responderam que não, ambos representando cerca de 42% do total. E novamente três (3) responderam que “não sabem”, em torno de 16%.

Consideremos outro objetivo cumprido fazer com que alguns pudessem admitir, mesmo com todo o descrédito, ou suas convicções partidárias, a colaboração dos representantes ao o município, e ainda respeitar a opinião de quem pensa o contrário. Pois essa é a essência da educação, apresentar os argumentos e as opções, mas permitir que cada um decida no que acreditar.

Ainda que a questão referente à contribuição (atuação) da classe política fosse importante, mais importante ainda é a questão que a segue. Pois desta vez não é a atuação dos representantes que estava em discussão, mas, a possibilidade de qualquer um através da política contribuir de forma expressiva para o “bem” da sociedade, do povo.

Foi lhes feita a seguinte pergunta: Você acha que os políticos podem contribuir para a melhoria da sua cidade? Foram as respostas na primeira aplicação (antes das palestras): dos vinte e dois (22) questionados, dezoito (18), quase 82% do total, responderam que “sim” os políticos através da política podem (ou poderiam) contribuir para a melhoria do município. Apenas um (1), mais de 4%, respondeu que “não” e outros três (3), mais de 13%, responderam “não sei”.

Não se pode esconder novamente a surpresa com o resultado parcial, pois, o contraste com o resultado parcial da questão anterior que fora feita no mesmo ambiente político, o município, é muito grande. É claro que o objeto de discussão agora é outro, entretanto chama a atenção. O verbo “poder” neste caso faz toda a diferença, pois agora não se está discutindo a atuação fática dos representantes, algo que se pode analisar estatisticamente, mas sim uma expectativa, uma “esperança”, do que poderia ser feito, ou deveria ser feito, pelos representantes com o poder que lhes é dado pelo povo.

Ousamos concluir duas coisas com base nesses dados: que a “esperança” desses adolescentes, em sua maioria, no papel da política dentro da sociedade subsiste; e que a desconfiança recai mesmo é sobre a classe política, ou os que nesse momento ocupam tais cargos.



As razões para isso? As mais variadas. Seja: pela grande veiculação da mídia sobre casos de corrupção; pela análise negativa de cada um quanto ao desempenho dos representantes nas suas funções; em razão de eventualidades trágicas envolvendo principalmente a segurança e a saúde pública no âmbito municipal, classificadas como de responsabilidade dos representantes, não necessariamente exclusiva; ou até mesmo pelas convicções político/partidárias de cada um, ou seja, por não estar ocupando o(s) cargo(s) representativo(s) o(s) candidato(s) do partido de suas preferências.

Na aplicação final do questionário, posterior às palestras (onde foram obtidas as razões acima apresentadas), os resultados praticamente se mantiveram com pequenas alterações. O que se viria inclusive na mesma questão quando feita em ambientes políticos diferentes (Estadual e Federal).

Na aplicação final: dos 19 questionados, dezoito (18) responderam que “sim”, mais de 94% do total. Nenhum veio a responder “não”, e apenas um declarou “não saber”, representando mais de 5%.

Como já indicado seguindo na mesma direção foi apresentado aos questionados o mesmo problema no âmbito estadual e federal. Como segue.

“Você acha que os políticos contribuem para a melhoria do seu estado?” na primeira aplicação dos vinte e dois (22) questionados: quatro (4) responderam que “sim”, cerca de 18%. Dez (10) responderam “não”, representando mais de 45% do total e, representando mais de 36%, ainda oito (8) responderam “não sei”.

Um fato interessante notável neste resultado parcial é o de que ele destoa do mesmo resultado parcial na questão referente ao âmbito municipal. O que nos leva a isolar (ainda analisando a forte rejeição a atuação dos políticos no âmbito municipal) algumas das razões naquele momento (no momento parcial, antes das palestras) aferidas. Sendo elas: as convicções político/partidárias de cada um, já que o governo do estado e a prefeitura, da cidade em questão, eram representados por partidos diferentes; e o momento político/social de cada ambiente (estado e município).

Já após as palestras, os resultados finais se assemelham aos da questão comparada. Agora sete (7), dos dezenove (19) questionados, responderam que “sim”, os políticos contribuem para a melhoria do seu estado, quase 37% do total. Também sete (7) responderam



“Não” para a contribuição dos representantes no âmbito estadual, também representando quase 37%. Ainda cinco (5) declararam “não saber” e somam cerca de 26% do total.

Na sequência, ainda no âmbito estadual, perguntou-se: “você acha que os políticos podem contribuir para a melhoria do seu estado?” na primeira aplicação encontrou-se o seguinte resultado: dos vinte e dois (22) questionados, a exemplo da mesma questão referente ao âmbito municipal, dezoito (18) responderam que “sim”, eles podem contribuir através da política para tanto, importando quase 82% do total. Desta vez nenhuma resposta negativa foi encontrada enquanto quatro (4) participantes marcaram a opção “não sei”, mais de 18%.

Após as palestras os índices proporcionais praticamente se mantiveram. Dos dezenove (19) participantes, dezessete (17), mais de 89% do total, responderam que “sim”. Nenhuma resposta negativa além de uma marcada como “não sei” e um participante que preferiu não responder, juntos representando mais de 10% das participações.

Por fim no âmbito federal foram propostas questões semelhantes: primeiramente questionados se achavam que os políticos contribuíam para a melhoria do seu país. Responderam antes das palestras: dos vinte dois questionados apenas dois (2) que “sim”, eles contribuem para a melhoria do país, cerca de 9%. Doze responderam que “não”, mais de 54% e ainda oito (8), mais de 36%, marcaram a opção “não sei”.

Após as palestras os resultados são estáveis se comparados com a mesma questão no âmbito estadual, a quantidade de respostas positivas aumenta, com decréscimo das negativas (apesar de não haver superação dos valores) e leve decréscimo das neutras. Tudo isso proporcionalmente falando.

Desta vez então: seis (6) dos dezenove (19) participantes marcaram a opção “sim”, mais de 31%. Oito (8) responderam que “não”, cerca de 42%, e ainda cinco (5), mais de 26%, neutralizaram.

A última questão dessa sequência, obviamente, seguindo o tema específico seria: você acha que os políticos (através da política) podem contribuir para a melhoria do país? Na primeira aplicação dezessete (17) dos vinte e dois (22) questionados, representando mais de 77% do total, responderam que “sim”. Um (1) participante respondeu que “não”, mais de 4%. E ainda quatro (4) marcaram a opção “não sei”, mais de 18%.



Posteriormente as palestras os resultados foram: dos dezenove (19), novamente dezessete (17), mais de 89%, responderam que “sim”. Ninguém respondeu negativamente e ainda dois (2) adolescentes marcaram a opção “não sei”, mais de 10%.

#### 1.4 Outras questões

Na primeira aplicação do questionário, foi desenvolvida uma abordagem que instigava aos alunos a pensar na relação direta entre as ferramentas midiáticas (tais como jornais, revistas, internet, televisão, rádio entre outras) e a influência que as mesmas exerciam em seu público alvo, qual seja: “você acha que a mídia influencia a opinião que as pessoas têm dos políticos e da política?”.

A pergunta foi respondida que “sim” por um total de vinte (20) votos, pouco menos de 91% dos participantes. Respondeu que “não” uma (1) pessoa apenas, assim como “não sei”, representando juntos mais de 8%.

O principal objetivo desta questão era a reflexão e a indução dos mesmos a criarem um pensamento crítico no que se refere à alienação midiática, sendo esse um importante marco no projeto. Já que algumas emissoras ou até mesmo sites vinculam de forma equivocada a imagem dos políticos em funções e atribuições que não condizem ao cargo almejado e/ou ocupado, deixando o público ainda mais confuso quanto às atribuições, competências e até mesmo histórico dos políticos e cargos em disputa, era preciso que com eles fosse trabalhado uma verdade imparcial.

Imparcialidade impossível de ser encontrada nas inúmeras acusações e retaliações midiáticas (tanto feita pela própria mídia quanto pelos candidatos) que só servem de apoio aos partidos e políticos que as “contratavam”.

Por consequência, na segunda aplicação, os alunos foram questionados novamente sobre o tema mídia e política. Um total de quinze (15) alunos assinalaram que “sim”, quase 79%. Apenas uma (1) pessoa afirmou que “não”, mais de 5%. E “não sabem” surgiu num total de três (3) alunos, mais de 15%.

Novamente as respostas foram de encontro as nossas crenças, tendo em vista que a relação midiática influencia sim tanto de forma direta e indireta nas eleições e na forma como o povo vê seus candidatos.



O sociólogo Marcos Coimbra<sup>10</sup> chegou a declarar que “A influência dos meios de comunicação vai além da produção de noticiário. Eles contratam as pesquisas e organizam os debates”<sup>11</sup>

Outra questão se referia à vida pessoal dos alunos, sendo perguntado se os mesmos gostavam de assistir as propagandas políticas na televisão. Talvez não tão surpreendente assim, a alternativa “não” foi respondida por 100% os discentes.

Tal fato serviu para propor a possibilidade de que a generalização, o achar que todos são iguais e a atitude representada pela conhecida expressão, “eleger o menos pior”, tem ganhado efeito e dimensões desde os primórdios da educação. Esse contexto nos trás a ideia de que muitos jovens se desinteressam desde cedo pela política por achar que é algo inacessível, longe e até mesmo sem chances de mudanças, nosso objetivo desde o principio foi mudar essa imagem, demonstrar que esse projeto tinha o intuito de conscientizá-los da importância de conhecer bem aquele em quem se vota, ter conhecimento de suas metas, do que pode ser mudado por eles e o que é viável ou inviável ao cargo. Para isso Foram utilizados métodos lúdicos e dinâmicos, usufruímos da imaginação deles e com êxito mudamos algumas de suas percepções.

Na segunda aplicação os alunos foram indagados novamente sobre se gostavam de assistir propagandas políticas na televisão. Desta vez dois (2) alunos disseram que “sim”, mais de 10%, e dezessete (17) que “não”, mais de 89%.

O número significativo de alunos que ainda manifesta não gostar de assistir propaganda política, que em tese é para ser um instrumento de auxílio para a importante decisão do voto, é algo que nos assusta, porém é uma realidade social que não deve ser ignorada, é uma meta que não esperávamos que fosse superada em sua totalidade tendo em vista que se trata de pré-adolescentes e por existirem ainda conceitos equivocados sobre tal importância, reflete em seus poderes de julgar o que é importante ser analisado ou não. Além do mais, não podemos ignorar o triste fato de que infelizmente não temos nenhuma garantia de que o que é mostrado ou prometido nelas seja a verdade, ou pelo menos que, referindo as promessas de campanha, haverá empenho dos protagonistas destas em tentar cumpri-las.

<sup>10</sup> Sociólogo, é presidente do Instituto Vox Populi e também colunista do Correio Braziliense e do site Carta Capital.

<sup>11</sup> Site Carta Capital. Artigo: As eleições e a mídia. Por : COIMBRA, Marcos. Publicado 18/08/2014. <http://www.cartacapital.com.br/revista/813/as-eleicoes-e-a-midia-1696.html> visualizado em 05/05/15.



Outra questão foi elaborada para saber os pontos de interesses dos alunos, induzindo-os a responder de acordo com suas preferências. Foi desenvolvido um sistema de notas, tais que em ordem crescente de 1 a 3 representaria o nível de interesse pelo assunto, sendo “1” menos importantes, “2” médio e “3” mais importante. Foram propostos os temas relacionados à “mídia e política”, “mulher e política” e “corrupção e política”.

O tema “Mídia e política” recebeu a seguinte avaliação: Dez (10) marcaram a opção “1” (menos importante), mais de 45%. Duas (2) vezes o número “2” (importância média), cerca de 9%. Seis (6) marcações com a opção “3” (maior importância), mais de 27%. Ainda quatro (4) alunos não responderam, mais de 18%.

O tema “mulher e política” recebeu a seguinte avaliação: dez (10) marcações na opção “1”, mais de 45%. Duas (2) vezes o número “2”, cerca de 9%. Cinco (5) marcações na opção “3”, mais de 22%. Ainda cinco (5) alunos não responderam, mais de 22%.

O tema “corrupção e política” recebeu a seguinte avaliação: nove (9) marcações com a opção “1”, mais de 40%. Cinco (5) marcações com a opção “2”, mais de 22%. Três (3) marcaram a opção “3”, mais de 13%. E ainda um total de cinco (5) alunos não responderam, mais de 22%.

Foram propostos temas que estavam em evidência e ao mesmo tempo eram de extrema relevância. O tema “mídia e política” está bastante valorizado num momento em que o papel não só da imprensa, mas também das redes sociais é determinante tanto na “corrida eleitoral”, quanto na própria criação dos conceitos e ideais político-sociais. O tema “mulher e política” é extremamente fomentado por um período onde os anseios de gerações passadas de ter a mulher inserida de forma isonômica no mercado de trabalho e nos demais campos da sociedade se satisfazem. Como exemplos disso temos a inserção da mulher no governo da nação pela primeira vez (eleições anteriores à realização do projeto) e o fato de haverem duas candidatas a presidência disputando o cargo entre os três favoritos no primeiro turno.

Já o tema “corrupção e política” infelizmente nunca deixou de ser moda no Brasil, e como sempre novos e novos escândalos (mensalão, desvios de dinheiro público e constantes acusações entre candidatos opositores) continuam o colocando nas primeiras páginas. Enfim, estes temas foram cuidadosamente abordados durante os trabalhos na escola e após o desenvolvimento destes eles foram novamente questionados quanto suas preferências, para agora os avaliarem com mais propriedade.



Desta vez o tema “ Mídia e política” recebeu a seguinte avaliação: sete (7) avaliações representadas pelo numero menor importância “1”, mais de 36%. Cinco (5) representações pelo numero de importância media “2”, mais de 22%. E também cinco (5) marcaram “3” que representava uma maior importância, mais de 22%. Não responderam dois (2) alunos, mais de 10%.

Desta vez o tema “mulher e política” recebeu a seguinte avaliação: Obteve seis (6) marcações como sendo de importância “1”, mais de 31%. Três (3) marcações como sendo de importância “2”, mais de 15%. Sete (7) votos como sendo de importância “3” e não responderam três (3) alunos. Não responderam três (3) alunos, mais de 15%.

Desta vez o tema “corrupção e política” recebeu a seguinte avaliação: obteve quatro (4) marcações sendo de importância “1”, mais de 21%. Também quatro (4) marcações de importância “2”, também mais de 21%. Oito (8) avaliações de importância “3”, mais de 42%. Não responderam um total de três (3) alunos, mais de 15%.

### **1.5 Questões de livre manifestação**

Por fim foram feitas algumas questões com espaço reservado para que os adolescentes pudessem responder escrevendo, e não apenas marcando opções. No primeiro espaço foi perguntado se eles tinham alguma “outra sugestão de tema”, além do tema política que já estava sendo proposto.

Na primeira aplicação foram sugeridos os seguintes temas: drogas 12 vezes, DST e bullying 4 vezes, álcool e internet 3 vezes, distúrbios alimentares violência e sexo apareceram uma vez. Além da manifestação “bicicleta e skate não é crime”.

Na segunda aplicação foram bem mais comedidos a maioria preferiu nem escrever nada os que escreveram sugeriram os seguintes temas: Futebol e drogas duas vezes, esporte, vídeo game, música e preconceito uma vez cada. Ainda alguém disse: “não este projeto já foi muito bom”.

Algumas especulações puderam ser feitas a partir destas sugestões. A principal delas parte da surpresa na altíssima incidência do tema “drogas”. Não dá para deixar de crer que essa quase que exagerada incidência pode estar relacionada ao ambiente no qual estes jovens estão inseridos, uma possível exposição às drogas e suas consequências parece evidente. Ao analisarmos a primeira aplicação se sobressaia uma preocupação urgente com este assunto o



que nos levou a pensar em abordar este tema na última reunião, e só não aconteceu porque recebemos a informação da escola que a turma receberia palestras a esse respeito de outro projeto no mesmo período que estaríamos ministrando o Direito (no) Público na escola.

Ademais, o surgimento de alguns outros temas fortes de menor incidência também é preocupante, tais como: DST, álcool, violência, sexo e preconceito. Faz-nos pensar a que tipo de ambiente ou influência estão submetidos os nossos adolescentes, o futuro da nação, tendo que amadurecer tão cedo ao se depararem com situações de sofrimento humano e decadência moral. Visávamos contribuir na formação de bons cidadãos, mas não esperávamos encontrá-los com tais preocupações, isso reforçava nossa responsabilidade de apresentar boas expectativas quanto a um futuro digno e muni-los de conhecimento para não caírem nas armadilhas da politicagem.

Em outro espaço lhes foi perguntado se “havia algum político que eles admirassem”. Na primeira aplicação nomes como o do ex-presidente Sul-africano e ícone da luta contra o racismo, Nelson Mandela, o do deputado recordista de votos pelo estado de São Paulo, Tiririca, e o da atual Presidente da República, Dilma Roussef, apareceram duas vezes; nomes como o do atual governador do estado de São Paulo, Fernando Haddad, do, na época, deputado e candidato a senador, Romário e, do ex-presidente do Brasil, Luiz Inácio LULA da Silva, surgiram também. Ainda nove (9) alunos preferiram não responder e outros sete (7) responderam “não” ou “nenhum”.

Na segunda aplicação o nome do, na época, governador recém-eleito pelo estado do Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori, surgiu três vezes; a presidente Dilma Roussef e o deputado Tiririca tiveram novamente duas manifestações; também foram citados os, na época, recém-derrotados na eleição presidencial, senador Aécio Neves e Luciana Genro, além do falecido candidato ao mesmo cargo, Eduardo Campos.

No último espaço do questionário uma pergunta semelhante a anterior só que agora se referindo a partidos políticos. Neste caso foram citados na primeira aplicação o PT (3 vezes) e o PTB. A grande maioria dos questionados não respondeu (10) ou respondeu nenhum (8). Na segunda aplicação fora citado novamente o PT (4 vezes), e ainda o PSB. Também foi citado neste espaço o nome de “Jesus Cristo”!

## 2. NO MOMENTO INTERMEDIÁRIO



Ao analisar o primeiro questionário pudemos traçar um perfil individual e coletivo dos alunos e da turma, encontramos paradigmas, vícios culturais e algumas incertezas quando confrontados com perguntas de alta complexidade social, todavia expostas de forma simplórias como alternativas. É fato que todo o trabalho foi lançado como um projeto piloto, no qual, não sabíamos como abordaríamos determinados assuntos sobre esse tema tão amplo. Procuramos nos manter em inércia quanto as nossas próprias opiniões políticas tendo em vista, inclusive, que estávamos atuando em um ano de eleições. Foi então que surgiram as primeiras ideias de aplicação da metodologia posteriormente usada. Apela-se para o lado lúdico, mas sempre mantendo o realismo e frisando a importância de ser discutido o tema em salas de aula.

Após a incidência do primeiro questionário começamos a traçar metas para o projeto, trabalhos foram aplicados aos alunos, foram desenvolvidas atividades que questionavam os alunos sobre seus pré-conceitos no que se refere à política, expusemos a diferença entre a politicagem e a política esperando assim quebrar alguns de seus paradigmas, salientamos a importância de ter um projeto que abordasse tal tema, de como isso implicaria nas suas visões críticas e a própria maneira que eles viam a política, que a atuação não se restringiria ao âmbito escolar denotando-se que os mesmos levariam os o conhecimento e suas experiências no projeto as suas famílias.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com base nos índices de pesquisa realizados por meio dos questionários elaborados para os alunos da turma de 8º ano da Escola Estadual Irmão José Otão no ano de 2014, ano de eleições, pudemos observar uma evolução bifásica, tendo em vista os dois momentos de aplicação do questionário, na primeira fase sem o desenvolvimento didático sobre o amplo tema trabalhado, política.

Como já foi referido no item 1, a primeira aplicação do questionário este serviu primordialmente para a preparação das atividades pelos integrantes do grupo, identificando os paradigmas e os obstáculos a serem enfrentados. Isso foi essencial para o sucesso claramente alcançado na primeira edição do projeto.

E na segunda fase de aplicação os mesmos foram disponibilizados para os alunos após as atividades lúdicas e de natureza informativa. Tal avanço teve significativa importância no



projeto de extensão e pesquisa Direito (no) Público considerando que nossa principal meta resumia-se na “quebra” de paradigmas, alguns dos quais pelo fato do senso comum justificava a falta de interesse pelo tema proposto.

Ao compararmos as respostas dadas pelos alunos foi possível observar de forma explícita a evolução léxica sobre o que tangencia o assunto, sendo instigado o senso crítico de cada um deles tanto no que se refere aos candidatos, as suas atribuições e competências, quanto com relação à política em si, analisando desde sua formação, importância, eficácia social e até mesmo o processo eleitoral.

Esta análise nos permite acreditar cuidadosamente, já que admitimos que a pesquisa aqui realizada possua pequena abrangência (apenas a turma trabalhada), ter encontrado uma opção em relação ao amadurecimento político, social ou cidadão do nosso adolescente. Um acompanhamento adequado com fim em uma educação política imparcial e apartidária, pode produzir sim cidadãos conscientes como a muito se tem sonhado.

Lembramo-nos de um fato que chegou ao nosso conhecimento através de uma integrante do grupo que cresceu na comunidade onde se encontrava a escola e nela havia estudado durante o ensino fundamental e médio, e, portanto estava inteiramente integrada inclusive com os alunos e seus familiares. Relatado pela mãe de um dos alunos que integrava a turma do 8º ano mencionava o entusiasmo do mesmo com a oportunidade de concorrer a “governador do estado” e o orgulho de poder desenvolver suas próprias propostas de campanha<sup>12</sup>.

Adolescentes entusiasmados com a política, uma política capaz de transformar o seu país, seu estado e a sua cidade em um lugar melhor de se viver, com menos violência, injustiça e corrupção, é um objetivo que mesmo observado ainda em pequena escala, provou estar longe de ser utópico, pelo contrário, bem real e próximo de nós. A distância de um verbo, um pequeno, mas revolucionário verbo: educar!

Por isso para que não tenhamos que conviver com uma política igual à descrita por Paul Valéry na obra “Olhares sobre o mundo moderno”: *“A política foi primeiro a arte de impedir as pessoas de se intrometerem naquilo que lhes diz respeito. Em época posterior, acrescentaram-lhe a arte de forçar as pessoas a decidirem sobre o que não entendem”*

---

<sup>12</sup> Uma eleição simulada foi desenvolvida como atividade durante as reuniões com a turma na escola.



Façamos nossas as palavras de Francisco de Sá Carneiro, Assembleia Nacional (1972): “*O que não posso, porque não tenho esse direito, é calar-me, seja sob que pretexto for.*”<sup>13</sup>

## REFERÊNCIAS

COIMBRA, Marcos. Artigo: As eleições e a mídia. Site **Carta Capital**.

Publicado 18/08/2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/813/as-eleicoes-e-a-midia-1696.html>> acesso em: 05/05/15.

FILGUERAS, Fernando. Artigo: A corrupção na política. Perspectivas Teóricas e Metodológicas. **PUC-RIO**. Rio de Janeiro. Publicado em maio de 2006. Disponível em: <<http://www.cis.puc-rio.br/cedes/PDF/cadernos/cadernos%205%20-20Caderno%20Cedes%20Filgueras.pdf>> acesso em 20/05/15.

GOMES, Nelci. Artigo: Por que no Brasil é obrigatório votar? **Jus Brasil**. Publicado em setembro de 2014. Disponível em: <<http://nelcigomes.jusbrasil.com.br/noticias/131173113/por-que-no-brasil-e-obrigatorio-votar.>> Acesso em 20/05/15.

Questionários aplicados à turma do 8<sup>a</sup> ano (em 2014) da Escola Estadual Irmão José Otão – Santa Maria/RS – pelo grupo de acadêmicos e professoras orientadoras do Projeto Direito (no) público, vinculado ao Núcleo Experimental de Direito Internacional – NEDI - da Faculdade de Direito de Santa Maria - FADISMA – através de pesquisa de campo. De onde foram retirados e produzidos os dados que serviram como base para a elaboração deste artigo.

Site: **O Citador**. Disponível em: <<http://www.citador.pt/frases/citacoes/t/politica>> acesso em: 20/05/15.

<sup>13</sup> Site: **O Citador**. Disponível em: <<http://www.citador.pt/frases/citacoes/t/politica>> acesso em: 20/05/15.